



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

Súmula: Requer a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa de reportagens publicadas na Revista "Isto É".

Senhor Presidente.

No dia 19 de março de 2003 esta Assembleia aprovou, por unanimidade, uma Moção que repudiava a forma pela qual o Advogado Geral da União, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, fizera declarações que agrediam este Legislativo e se baseavam em interpretações oblíquas de fatos relativos à construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Referida Moção, cujas cópias foram encaminhadas formalmente aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Governador do Estado do Paraná, incluía em seu texto todo um levantamento histórico da obra, rememorava compromissos assumidos pela União e marcava a posição clara e límpida com a qual o Executivo e o Legislativo do Estado do Paraná agiram, desde o início, para atender a uma prioridade determinada pelo Governo Federal.

Na referida Moção estão reproduzidos os trechos dos sucessivos convênios e do aditivo-apostila, bem como do Termo de Recebimento da ferrovia pelo Governo Federal que são, e devem mesmo ser, a base para análise e julgamento da ação Cível Originária 453-5 que o Governo do Paraná propôs contra a União, e que se acha hoje no Supremo Tribunal Federal para julgamento.

A imprensa vem acompanhando o caso e a Revista Isto É, em 2 de abril, publicou ampla reportagem que restabeleceu a verdade dos fatos e contestou, com provas, as alegações – e acusações – do Advogado Geral da União.

Na edição desta semana a revista publica, na íntegra, a carta que lhe foi enviada pelo referido advogado. E, na base do texto, reproduz também a resposta da Redação à correspondência do Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, Advogado Geral da União.

Considerando importantes os dois documentos (a carta do advogado e a resposta da “Isto É”) e, neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER** a transcrição de ambas reportagens nos Anais desta Assembléia, tal como estão publicados na página 17 da Revista, para conhecimento dos Senhores Deputados e da opinião pública.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2003.



DEPUTADO ESTADUAL

ONDE ESTÁ SADDAM?

A guerra do Iraque acabou mas, até agora, ninguém sabe o paradeiro do ex-ditador do país. Pensando nisso, o site de ISTOE preparou um jogo para você ajudar os serviços de inteligência a achar o Saddam Hussein. Acesso é grátis!

SEM INTERNET

Por causa de uma pane, um milhão de internautas ficou sem acesso ao correio eletrônico por dois dias. O site de ISTOE quis saber dos visitantes o que eles fariam nesta situação.

Exigiria desconto na mensalidade paga ao provedor **40%**
Mudança de provedor, se não tivesse um abatimento na mensalidade **30%**
Outras respostas **30%**

em 50% do seu volume, mas a uma taxa tal que a cada 4-5 minutos todo o volume da cabine é renovado. Os circuitos de recirculação, por sua vez, contam com filtros de alta performance (Hepa - High Efficiency Particular Air Filters), os mesmos utilizados em centros cirúrgicos e outros ambientes estéreis. O ar entra pela parte superior da cabine e é aspirado ativamente em janelas exaustoras ao longo da parede lateral, forçando "anéis" de circulação de ar e coibindo a passagem de ar da frente para trás do avião e vice-versa. O resultado final é que o número de microrganismos suspensos é menor no interior das aeronaves comerciais do que em outros meios de transporte e em outras áreas públicas. Existe mesmo um estudo que mostra que o número de bactérias é menor no final do que no início de um voo. Essas são as razões por que o número de casos descritos de transmissão de doença a bordo pode ser considerado baixíssimo em face do número de passageiros transportados diariamente por este meio. Posso dizer também que a conhecida dificuldade de reatar quais vem passando mundialmente o setor aéreo em nada afetou a qualidade desses serviços essenciais.

PAULO MAGALHÃES ALVES

Representante do SNEA junto à Anvisa
São Paulo - SP

Justiça

gostaria de expressar a minha satisfação pelo estaque dispensado por esta conceituada revista ao processo em que a União federal se

opõe à indevida pretensão de pagamento de cerca de R\$ 20 bilhões ao Estado do Paraná e empreiteiras, a título de ressarcimento de gastos com a construção de uma ferrovia entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa. Observo, porém, que a matéria "O Paraná defende sua ferrovia" (ISTOE 1748) está incompleta. É que a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado. No entanto, foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União e que serviu de fundamento aos votos até agora proferidos em defesa dos cofres públicos. Assim, a matéria ficou restrita ao entendimento de uma parte e do solitário voto a seu favor. Estou consciente de que, no exercício do cargo de Advogado-Geral da União, tenho o dever constitucional de defender com rigor o patrimônio público de tamanho prejuízo. Lembro que os valores apurados pela AGU estão nos autos do processo. Mais uma vez, coloco-me à disposição desta revista para prestar qualquer outro esclarecimento a fim de que os leitores conheçam melhor os fatos e o direito em questão.

ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

Advogado-Geral da União
Brasília - DF

ISTOE responde: O dr. Alvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União, reconhece que "a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado", aduzindo que "foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União". Acontece que a moção unânime da Assembleia Legislativa do Paraná enumera todos os convênios firmados e o termo de transferência da ferrovia. No primeiro, assinado em 28 de outubro de 1968, consta que a ferrovia "a ser construída pelo Estado do Paraná" seria transferida "para o governo federal", que assumiria "todas as despesas suportadas para a conclusão da obra". No segundo, assinado em 23 de julho de 1971, consta o prosseguimento da construção "com esforços conjugados do governo do Estado e do governo federal, bem como a transferência a este de todo o acervo ferroviário construído e a indenização pela União ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento". No terceiro, firmado em 24 de dezembro de 1973, como Aditivo-Apostila ao convênio de 1971, consta que "continuam em vigor todas as condições do convênio inaugural". A ferrovia foi inteiramente construída e entregue ao governo federal em ou-

tubro de 1975, ocasião em que foi firmado o Termo de Recebimento no qual consta que, embora a Rede Ferroviária Federal ficasse autorizada "a utilizar plenamente todos os bens móveis e imóveis", o "acervo da ferrovia" só seria transferido "após o acerto final de contas entre os dois poderes". Desse modo, ao contrário do que afirma o dr. Advogado-Geral da União as cláusulas dos três convênios e o termo de transferência deixam claro que a responsabilidade da União pelo custo da ferrovia jamais ficou limitada a algumas parcelas ressarcidas no curso da obra e mencionadas no texto do convênio de 1971. A simples leitura do Aditivo-Apostila de 1973 e do termo de transferência de 1975 justifica o empenho do governo do Paraná no sentido de pleitear que, após 28 anos de demora, venha a ser honrado o compromisso da União de "um acerto final de contas".

Cartas para esta seção, com endereço, número do RG e telefone, devem ser remetidas para: Diretor de redação, ISTOE, Rua William Speers, 1.086, Lapa, São Paulo, CEP 05067-900. FAX: (11) 3611-7211. As cartas poderão ser editadas em razão do seu tamanho ou para facilitar a compreensão.

CORREIO ELETRÔNICO: cartas@istoe.com.br

FONOAUDIÓLOGO SIMON WAJNTRAUB

34 ANOS DE EXPERIÊNCIA - RIO e SP

VOZ, FALA, INIBIÇÃO, ORATÓRIA, ARGUMENTAÇÃO SOB PRESSÃO, IMPROVISO, DINÂMICA DE GRUPO.

• Venha aprender a argumentar sob pressão numa platéia hostil, composta de executivos, profissionais liberais, políticos, empresários e universitários. Os alunos veteranos são os provocadores.

• Inicialmente são realizados atendimentos individuais para correção dos problemas de voz e de fala: gagueira, voz fina, rouca, nasal, troca de letras, perda de fala. Método próprio.

• Salão com palco, microfone, vídeo, datashow e DVDokê.

Adquirir o livro com CD e os 6 CDs e apostilas, exercícios de Diction, Impostação e Oratória.



**70.000 acessos no polêmico site
www.boasfalsas.com.br**

CONSULTAS, CURSOS e PALESTRAS

Adultos, Crianças e Empresas

Sucesso no Jô, Babi e Superpop

Rio: (21) 2236.5223 / 2236.5185

2235.4751 SP: (11) 6601.3566

3236.4300 Cadore / 7711.8528

Justiça

Gostaria de expressar a minha satisfação pelo destaque dispensado por esta conceituada revista ao processo em que a União federal se opõe à indevida pretensão de pagamento de cerca de R\$ 20 bilhões ao Estado do Paraná e empreiteiras, a título de ressarcimento de gastos com a construção de uma ferrovia entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa. Observo, porém, que a matéria "O Paraná defende sua ferrovia" (ISTOÉ 1748) está incompleta. É que a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado. No entanto, foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União e que serviu de fundamento aos votos até agora proferidos em defesa dos cofres públicos. Assim, a matéria ficou restrita ao entendimento de uma parte e do solitário voto a seu favor. Estou consciente de que, no exercício do cargo de Advogado-Geral da União, tenho o dever constitucional de defender com rigor o patrimônio público de tamanho prejuízo. Lembro que os valores apurados pela AGU estão nos autos do processo. Mais uma vez, coloco-me à disposição desta revista para prestar qualquer outro esclarecimento a fim de que os leitores conheçam melhor os fatos e o direito em questão.

Alvaro Augusto Ribeiro Costa
Advogado-Geral da União
Brasília – DF

ISTOÉ responde: O dr. Alvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União, reconhece que "a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado", aduzindo que "foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União". Acontece que a moção unânime da Assembléia Legislativa do Paraná enumera todos os convênios firmados e o termo de transferência da ferrovia. No primeiro, assinado em 28 de outubro de 1968, consta que a ferrovia "a ser construída pelo Estado do Paraná" seria transferida "para o governo federal", que assumiria "todas as despesas suportadas para a conclusão da obra". No segundo, assinado em 23 de julho de 1971, consta o prosseguimento da construção "com esforços conjugados do governo do Estado e do governo federal, bem como a transferência a este de todo o acervo ferroviário construído e a indenização pela União ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento". No terceiro, firmado em 24 de dezembro de 1973, como Aditivo-Apostila ao convênio de 1971, consta que "continuam em vigor todas as condições do convênio inaugural". A ferrovia foi inteiramente construída e entregue ao governo federal em outubro de 1975, ocasião em que foi firmado o Termo de Recebimento no qual consta que, embora a Rede Ferroviária Federal ficasse autorizada "a utilizar plenamente todos os bens móveis e imóveis", o "acervo da ferrovia" só seria transferido "após o acerto final de contas entre os dois poderes". Desse modo, ao contrário do que afirma o dr. Advogado-Geral da União as cláusulas dos três convênios e o termo de transferência deixam claro que a responsabilidade da União pelo custo da ferrovia jamais ficou limitada a algumas parcelas ressarcidas no curso da obra e mencionadas no texto do convênio de 1971. A simples leitura do Aditivo-Apostila de 1973 e do termo de transferência de 1975 justifica o empenho do governo do Paraná no sentido de pleitear que, após 28 anos de demora, venha a ser honrado o compromisso da União de "um acerto final de contas".

